

Proposta de segurança em boates está pronta para votação

Senadores e deputados reagiram prontamente a um dos acontecimentos mais trágicos da história recente do país. Projeto de lei que aborda múltiplas questões da segurança em locais de aglomeração de pessoas aguarda destrancamento da pauta da Câmara para ser votado

André Falção

O INCÊNDIO NA boate Kiss, na cidade de Santa Maria (RS), em 27 de janeiro de 2013, deixou 242 mortos e 116 feridos. Foi um dos piores eventos do tipo já registrados em todo o mundo.

A tragédia comoveu o país e gerou amplo debate sobre a segurança em estabelecimentos noturnos, com repercussões no Congresso Nacional. Senadores e deputados se mobilizaram no acompanhamento das investigações, no apoio aos familiares das vítimas e na promoção de diálogo com especialistas das áreas envolvidas. A legislação existente foi revista, em busca de uma proposta que pudesse, de forma clara e objetiva, estabelecer parâmetros nacionais para a prevenção de incêndios e desastres em locais de aglomeração de pessoas.

No Senado, funcionou uma comissão especial temporária que fez levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios. Entre as propostas apresentadas no relatório elaborado após 60 dias de trabalho da comissão, estão uma minuta de Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico; a regulamentação das atividades dos corpos de bombeiros militares e dos bombeiros civis, municipais e voluntários; a padronização dos procedimentos operacionais para os corpos



Bombeiros do Rio Grande do Norte durante vistoria e análise de projeto de edificação de casa de eventos: projeto de lei procura integração com trabalho de prefeituras

de bombeiros; e um programa educacional nas escolas.

As propostas da comissão do Senado foram encaminhadas à comissão especial da Câmara e ao grupo de trabalho do Executivo — coordenado pelo Ministério da Justiça — criados, respectivamente, para tratar do tema da segurança em locais de concentração de público e da regulamentação da ação dos bombeiros pelo país.

Na Câmara, houve acordo para que se apresentasse uma emenda substitutiva global de Plenário ao Projeto de Lei 2.020/2007, da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que está pronto para votação em Plenário desde julho do ano passado.

— Desde o início dos trabalhos, defendemos a unificação dos textos e a convergência dos trabalhos. Mais poderia ser acrescentado ao projeto da Câmara, mas ele atende, sim, às

expectativas — explicou Paulo Paim (PT-RS), que integrou a comissão do Senado.

Os parlamentares tinham a expectativa de que a proposta final fosse aprovada e se tornasse lei ainda em 2013. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que coordenou os trabalhos da comissão específica da Câmara, explica que o projeto ainda não foi votado pelo Plenário devido a sucessivos trancamentos de pauta decorrentes de urgência constitucional dada a propostas de grande alcance ou de medidas provisórias. Segundo o parlamentar, já há acordo de líderes para a votação do PL 2.020.

— Em conversa, o presidente [da Câmara] Henrique Eduardo Alves me disse que está sendo negociada a retirada da urgência do projeto do Marco Civil da Internet. O projeto das casas noturnas pode ser o primeiro a ser votado pela Câmara tão logo a

pauta esteja liberada — informou Pimenta.

Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a comissão temporária do Senado, cobrou em discurso no Plenário no início do mês a votação da proposta pela Câmara, para que ela possa também ser votada pelo Senado.

— Se você não estabelecer um padrão uniforme, com regras claras e simples, na prevenção, na informação e na fiscalização rigorosa pelos órgãos competentes, você vai talvez continuar vendo, lamentavelmente, se repetirem tragédias como a da boate Kiss em nosso país — declarou a senadora, demonstrando preocupação com o risco de o caso cair no esquecimento.

Paim também está preocupado com o tempo para a aprovação da proposta.

— O país não pode passar por uma tragédia dessa enver-

gadura e deixar tudo como está — afirmou.

Tema complexo

A proposta que aguarda votação na Câmara é abrangente, apesar de se limitar à competência legislativa federal no tema (*veja o quadro ao lado*). Concessão de alvarás é da alçada municipal, assim como regras para prevenção e combate a incêndios são de competência estadual.

O projeto faz alterações no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), no Código Civil (Lei 10.406/2002) e na lei de sanções aplicáveis a agentes públicos em casos de improbidade (Lei 8.429/1992). O texto procura integrar a ação de prefeituras e corpos de bombeiros na prevenção e combate a incêndio e a desastres e também explicita as responsabilidades comuns e as responsabilidades de cada um.

Principais pontos do projeto

ESTABELECIMENTOS
As novas regras deverão ser observadas por salões de festa, boates, discotecas, danceterias, cinemas, teatros, salas de espetáculos, restaurantes, hotéis, hospitais, estabelecimentos de ensino, creches, círculos, centros de convenções e outros locais cobertos ou descobertos, cercados ou não, com ocupação simultânea potencial igual ou superior a 100 pessoas. Locais com ocupação inferior, mas que sejam usados, predominantemente, por idosos, crianças ou pessoas com dificuldade de locomoção e que contenham no interior grande quantidade de material altamente inflamável, também estão obrigados às determinações da nova legislação.

ALVARÁ ÚNICO
Passa a ser exigido laudo emitido pelo corpo de bombeiros para que o poder público municipal forneça o alvará de licença. Ao cidadão será conferido um ato único de licença ou autorização, pela municipalidade, que já terá considerado a manifestação dos bombeiros.

NORMAS TÉCNICAS
Deverão ser observadas as normas técnicas registradas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade (Conmetro). Os cursos de graduação em Engenharia e Arquitetura deverão incluir nas disciplinas conteúdo relativo à prevenção e combate a incêndios e desastres. Os órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenheiro e arquiteto exigirão a apresentação dos projetos técnicos elaborados pelos profissionais devidamente aprovados pelo poder público municipal nos atos de fiscalização, aí incluídos os projetos de prevenção contra incêndios, quando forem legalmente exigidos.

SEGURO COLETIVO
O projeto também determina a contratação de seguro de acidentes pessoais pelos proprietários dos estabelecimentos, tendo como beneficiários os clientes.

TRANSPARÊNCIA
Torna-se obrigatória a divulgação de informações do poder público municipal e do corpo de bombeiros militar sobre os alvarás de licença ou autorização, ou documento equivalente, laudos ou documento similar concedidos a estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, com atividades permanentes ou temporárias. O projeto determina também a criação de um sistema unificado de informações, onde os incêndios ocorridos no país em áreas urbanas deverão ser registrados, como forma de monitoramento e prevenção.

COBRANÇA
Fica vedada a adoção de sistema de comandas ou cartões-comanda para controle do consumo de produtos em boates, discotecas e danceterias. Os estabelecimentos devem estabelecer sistema de cobrança no ato do consumo ou disponibilizar cartões de consumo pré-pago aos clientes.

LEI ROJANET
A obtenção de incentivos fiscais para projetos artísticos e culturais previstos na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/1991) está condicionada à observância das exigências quanto à prevenção de incêndios e desastres estabelecidas pelas autoridades competentes.

SANÇÕES
Legislações municipais e estaduais deverão definir prazos máximos para trâmite administrativo voltado à emissão de alvará de licença. Prefeitos, secretários municipais e oficiais do corpo de bombeiros que não observarem os prazos de tramitação incorrerão em crime de improbidade administrativa. Incidirão em crime, sujeito à pena de detenção de seis meses a dois anos e multa, aqueles que descumprirem as determinações do corpo de bombeiros militar ou do poder público municipal quanto à prevenção e combate a incêndios.

Saiba mais

Emenda global ao Projeto de Lei 2.020/1997
<http://bit.ly/PL2020>

Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria
www.avtsm.org

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Comissão fará diligência em Santa Maria

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará na sexta-feira uma diligência para avaliar a atuação dos poderes públicos em Santa Maria (RS) em relação à tragédia na boate Kiss e a respeito de providências que podem ser tomadas pelo Senado a favor das famílias das vítimas e na prevenção de novos acidentes da mesma natureza.

A visita da CDH foi sugerida pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM) durante audiência pública realizada no início de dezembro, na CDH.

— Vamos visitar as autoridades locais, Corpo de Bombeiros, Judiciário e delegados que estão à frente do processo para dialogar sobre esse tema que machucou a todos — justificou

o autor do requerimento, Paulo Paim.

A principal queixa dos familiares das vítimas é a morosidade da Justiça e a sensação de impunidade. A Polícia Civil, após a conclusão do inquérito, pediu o indiciamento de 16 pessoas. O Ministério Público denunciou oito pessoas, entre eles os dois donos da boate e dois músicos, por homicídio doloso, ou seja, com intenção de matar. Um bombeiro responde por fraude processual e um ex-sócio da Kiss e um contador, por falso testemunho. Na Justiça Cível, quatro bombeiros são acusados de improbidade administrativa. E na Justiça Militar, três bombeiros respondem por inclusão de declaração falsa em documento público.

O presidente da AVTSM, Adherbal Ferreira, diz que ainda

há muito a ser explicado.

— O caso não está bem esclarecido, principalmente a responsabilidade dos entes públicos. A boate não tinha alvará, como foi permitido o funcionamento? Parece que há protecionismo na investigação — protesta.

Além da denúncia do Ministério Público, os familiares se queixam do resultado da comissão parlamentar de inquérito instaurada na Câmara de Vereadores de Santa Maria e do fato de todos os indiciados estarem em liberdade.

A AVTSM iniciou a atuação no apoio psicológico aos familiares, entrando logo após na área jurídica. A associação promoveu um congresso em janeiro para, entre outros objetivos, discutir a prevenção de acidentes a partir da experiência da boate Kiss.



Paulo Paim (E) recebeu o presidente da associação de vítimas, Adherbal Ferreira, em audiência pública da CDH em dezembro

Vítimas morreram asfixiadas por cianeto

As investigações apontaram uma sucessão de motivos que se encadearam e potencializaram o resultado da tragédia em que 242 pessoas morreram. Parte dos motivos está ligada ao descumprimento de normas de prevenção de incêndios e de evacuação segura de pessoas em emergências. Outra parte está ligada à ação insuficiente ou à omissão de agentes públicos responsáveis pela fiscalização e

autorização de funcionamento de casas noturnas. Havia leis do próprio município de Santa Maria cujo cumprimento teria evitado a tragédia.

Na noite do incêndio na Boate Kiss, estava sendo promovida uma festa organizada por estudantes de diversos cursos da Universidade Federal de Santa Maria. Por volta das 3h da madrugada, um dos integrantes do grupo musical que se apresentava acendeu um artefato pirotécnico e as faíscas acabaram por atingir o revestimento acústico da boate. A espuma do revestimento era altamente inflamável e o fogo se alastrou com rapidez. Os músicos tentaram apagar as chamas, mas o extintor de incêndio próximo ao palco não funcionou.

O ambiente foi rapidamente tomado pela fumaça e a falta de alarme de incêndio e de sinalização para a saída agravou a situação. Confusas, muitas vítimas se dirigiram aos banheiros da boate e lá ficaram

presas. Não havia capacidade de exaustão do ar e as janelas estavam obstruídas. A boate tinha apenas uma porta para entrada e saída e o tamanho era inadequado para a vazão, em caso de emergência, da quantidade de pessoas definida como capacidade máxima.

Além disso, grades de contenção utilizadas para organizar a fila atrapalharam a fuga de quem conseguiu se dirigir até a saída. Houve relato de que, no início do incêndio, seguranças chegaram a reter os que saíam para exigir o pagamento das despesas.

Os estragos causados pelo fogo foram considerados de pequena monta pelos bombeiros. Todas as mortes foram causadas por asfixia. A combustão do poliuretano das espumas do revestimento acústico incendiado liberou gás carbônico e cianeto, que são letais ao serem inalados.

Além de todos esses fatores, a boate Kiss estava com a documentação irregular e houve superlotação no dia do incêndio.

Para Ana Amélia, país precisa desenvolver cultura de prevenção

A senadora gaúcha Ana Amélia defende a criação de uma legislação de âmbito nacional para a prevenção de incêndios e tragédias como a ocorrida na boate Kiss. Ela disse que o trabalho da comissão temporária do Senado permitiu ver que as diferentes naturezas de abordagem das questões de defesa civil e das questões de prevenção de incêndios nos níveis municipal, estadual e federal são capazes de gerar enormes dificuldades operacionais na hora de um incêndio.

A parlamentar, no entanto, vê a necessidade de atuação em outras áreas para que se crie o que ela denomina uma “cultura de prevenção”.

— A questão da prevenção me parece essencial. É o exercício permanente do cidadão de estar atento também, não esperar que tudo caia do Estado, mas que ele cobre. Por exemplo, quando você vai ao cinema, pode procurar onde fica a saída de emergência e eventualmente verificar se aquela saída está trancada. São iniciativas em que o cidadão pode ser protagonista de ações — propõe.

Ana Amélia faz um paralelo com as instruções de segurança oferecidas pelos comissários em aeronaves comerciais que, segundo informou, são apresentadas de forma semelhante em teatros nos Estados Unidos. Para a senadora, é importante



Ana Amélia: cidadão precisa ser protagonista da própria segurança

que nas escolas os alunos recebam informações e tenham práticas que contribuam para

desenvolver uma cultura de prevenção. Ela lembra outras áreas onde essa cultura faz falta, como os afogamentos em praias, que aumentam durante a alta estação. Mesmo as noções de primeiros socorros que todo motorista recebe ao obter a carteira de habilitação acabam não surtindo efeito, pois não há uma reciclagem ou uma prática e o conhecimento se perde com o tempo.

Antídoto

A área da assistência à saúde também está relacionada ao tema. Ana Amélia diz que vai propor uma audiência com especialistas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para

debater o uso do antídoto à intoxicação por cianeto — motivo de todas as mortes na boate Kiss — pelos próprios socorristas. Tal procedimento é adotado em outros países, como a França. No Brasil, o antídoto — a hidroxocobalamina, um concentrado de vitamina B12 — foi importado pelo Ministério da Saúde poucos dias após o incêndio e oferecido no tratamento dos sobreviventes.

— Não sou especialista, e quero debater com eles. Mas talvez se os bombeiros ou a equipe médica tivessem à disposição e aplicassem a vitamina B12 nos primeiros socorros, poderiam ter salvado muitas vidas — argumenta a senadora.



Em 27 de janeiro, um ano após a tragédia, familiares fizeram protesto em frente à sede do Ministério Público em Santa Maria, pedindo justiça para os 242 mortos